

Subcomissão de Riscos

Sistema de Controles Internos **- Apresentação de Propostas -**

Agenda



- SCI
 - ▣ Definição e Conceitos Gerais
 - ▣ Componentes Mínimos
 - ▣ Responsabilidades

- Função de Conformidade

Definição de SCI

□ Sistema de Controles Internos (SCI)

■ Estabelecimento de conceitos e definição/atualização de Funções de Controle (Base: ICP 8):

FOCO

- Sistema de Gestão de Riscos – Estratégias, políticas, processos e controles para identificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos

- Sistema de Controles Internos – Totalidade dos controles implementados pela empresa (inclui auditoria interna)

- Funções de Controle:

- Gestão de Riscos
- Atuarial
- Conformidade (Compliance)
- Auditoria Interna

Definição de SCI

■ ICP 8

O B J E T I V O

- 8.1.12 - O sistema de controles internos deve ser elaborado e operado para auxiliar o Conselho e a Alta Administração na supervisão e gestão da companhia, oferecendo a segurança de que o negócio está sendo operado de forma consistente com relação:

E S C O P O

E G R

- à estratégia e o apetite de risco estabelecidos pelo Conselho;
- aos objetivos de negócio acordados;

- às políticas e procedimentos acordados; e
- às leis e regulamentos aplicáveis.

C O M P L I A N C E

Definição de SCI

■ ICP 8

O B J E T I V O

- 8.1.13 - Minimamente, o sistema de controles internos deve ser elaborado e implementado para prover segurança razoável sobre:

E S C O P O

- os principais negócios;
 - processos e políticas financeiros, incluindo reportes financeiros e contábeis;
 - processos e políticas de TI; e
-
- Medidas de gestão de risco e compliance adotadas para cada um.

Definição de SCI

■ ASF Norma Regulamentar N° 14/2050-R

■ Art. 12° - Definição e Objetivos dos Controles Internos

- O controlo interno compreende um conjunto coerente, abrangente e contínuo de procedimentos concretizados pelo órgão de administração, pelos directores de topo e por todos os restantes colaboradores da empresa de seguros com o objectivo de assegurar:

DEFINIÇÃO

EXECUÇÃO

Definição de SCI

■ Continuação do Art. 12º - Objetivos (Escopo)

- A eficiência e a eficácia das operações;
 - Um desempenho prudente da actividade;
 - A eficiência do sistema de gestão de riscos, incluindo, nomeadamente, o risco específico de seguros, bem como os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional;
 - Uma correta e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades;
- A existência e prestação de informação, financeira e não financeira, **fiável e completa**;
- O cumprimento da legislação e demais regulamentação, assim como das políticas e procedimentos internos;
 - A verificação de outros mecanismos de governação definidos pelo órgão de administração.

Definição de SCI

■ ASF Norma Regulamentar N° 14/2050-R

■ Art. 13° - Princípios Aplicáveis ao SCI

- 2. O **sistema de controlo interno** deve ser adequado à dimensão, natureza e complexidade da actividade, ao grau de centralização e delegação de autoridade estabelecidos e à capacidade e eficácia das tecnologias de informação, tendo **por base** os níveis de tolerância de risco definidos, nos termos do Capítulo III, para cada área da empresa de seguros.

Ao mesmo tempo que é inserida no SCI, a EGR funciona como base para sua elaboração.

Definição de SCI

■ Circular Susep 249/2004

Art. 1º - Determinar que as “sociedades” implantem controles internos de suas atividades, de seus sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

- **Parágrafo único.** Os controles internos, independentemente do porte da sociedade ou entidade, devem ser **efetivos e consistentes** com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas.

■ Diagnóstico:

- Ausência quanto à definição e aos objetivos do SCl e sua sinergia com a Gestão de Riscos, com menção apenas às áreas em que se aplica.
- Necessidade de melhorias na segregação entre aspectos relacionados à Gestão de Riscos e à Conformidade

Componentes Mínimos

▣ Referência – COSO

- Atividades de Controle
- Ambiente de Controle
- Monitoração
- Processo de Informação e Comunicação
- Avaliação de riscos **EGR**

Componentes Mínimos

- ICP 8.1.19 – Elementos geralmente considerados no SCI
 - **Controles** sobre exatidão e completude dos livros, registros e contas da seguradora e sobre a consolidação e reportes financeiros.
 - **Controles** para outros processos e políticas-chave do negócio (ex.: transações intragrupo, funcionalidades críticas de TI, obrigações legais e regulatórias)
 - **Controles** desenhados para os níveis apropriados que o tornem efetivos (ex.: nível do processo ou transação, nível de entidade, nível do grupo)
 - Relação centralizada por escrito dos **principais processos e políticas** de toda a seguradora e dos **controles** relativos a estes processos e políticas

ATIVIDADES DE CONTROLE

DISOL/CGMOP/CORIS

Componentes Mínimos

- **Segregação apropriada de deveres e os controles para assegurar que essa segregação seja observada, garantindo a distância necessária entre aqueles responsáveis por um processo e a elaboração do respectivo controle, e os responsáveis por verificar a eficiência e aplicação desses controles.**

Risk Owner
Risk Controller

Auditoria Interna

- **Políticas sobre quem pode assumir compromissos em nome da seguradora e em que valores, com **controles pertinentes** (ex. assinaturas duplas)**

Alçada de Responsabilidade

ATIVIDADES DE CONTROLE

Componentes Mínimos

- ASF – Art. 13º Princípios Aplicáveis ao SCI
 - 4. No âmbito do sistema de controlo interno, devem ser definidas, implementadas e monitorizadas **actividades específicas de controlo** a todos os níveis e, nomeadamente, para as principais unidades funcionais da empresa de seguros.

- ASF – Art. 2º Estrutura Organizacional
 - 3. A estrutura organizacional deve promover uma definição clara e objectiva da **cadeia de responsabilidades e de autoridade** e contemplar uma adequada **segregação de deveres**, tanto ao nível individual como entre funções, de modo a assegurar, designadamente, uma separação precisa entre funções conflituantes.

ATIVIDADES DE CONTROLE

Componentes Mínimos

□ Circular 249/2004

■ Art. 2º - Responsabilidades da Diretoria

- I - definir as **atividades** e os **níveis de controle** para todos os negócios
- II - estabelecer os **objetivos dos mecanismos de controles e seus procedimentos**

■ Art. 3º - Componentes mínimos

- I - a **definição de responsabilidades** dentro da sociedade
- II - a **segregação das atividades** atribuídas aos integrantes da sociedade
- III - os meios de monitoramento, de forma a **identificar potenciais áreas de conflitos**, a fim de minimizá-los;
- VI - a definição dos **níveis hierárquicos** e das respectivas **responsabilidades** em relação ao conteúdo das informações

ATIVIDADES DE CONTROLE

Componentes Mínimos

■ Circular Susep 249/2004

■ Diagnóstico:

- Grande parte dos componentes relacionados à atividade de controle já se encontra presente.
- Necessidade de realocação de algumas responsabilidades atribuídas para os componentes do SCl.
- Inserir exigência quanto à listagem centralizada de processos e seus controles.
- Necessidade de melhorias na redação para melhor concatenação das ideias quanto à segregação de deveres e definição de responsabilidades.

ATIVIDADES DE CONTROLE

DISOL/CGMOP/CORIS

Componentes Mínimos

- ICP 8.1.19 – Elementos geralmente considerados no SCI
 - **Políticas sobre quem pode assumir compromissos** em nome da seguradora e em que valores, com controles pertinentes (ex. assinaturas duplas)
 - **Treinamento relativo a controles**, particularmente para empregados em posição de alta confiança ou responsabilidade, ou ligados a atividades de alto risco
 - **Código de Conduta** – previsto na Função de Conformidade (8.4.1) como forma de comprometer os colaboradores à conformidade com leis, regulações, decisões dos supervisores e políticas internas.

AMBIENTE DE CONTROLE

Componentes Mínimos

□ ASF

■ Art. 3º Cultura Organizacional (Dentro da Estrutura Organizacional)

- 1. A cultura organizacional da empresa de seguros deve garantir que **toda a estrutura organizacional** reconhece a importância da gestão de riscos e do controlo interno, de modo a assegurar uma gestão sã e prudente da actividade da empresa.
- 5. Para efeitos da gestão sã e prudente referida no n.º 1, e no sentido de assegurar uma cultura ética, essencial no âmbito de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno adequados, **deve ser ponderada a necessidade de elaborar e implementar códigos de conduta.**

■ Art. 4º Sistemas de Informação e Comunicação (Dentro da Estrutura Organizacional)

- 4. Devem ser definidos **canais de comunicação**, internos e externos, e **linhas de reporte** que garantam uma comunicação eficaz através da organização e assegurem o reporte atempado e adequado de informação para os intervenientes e funções apropriados.

AMBIENTE DE CONTROLE

DISOL/CGMOP/CORIS

Componentes Mínimos

□ Circular 249/2004

- Art. 3º - Os controles internos, **cuja disposição devem ser acessíveis a todos os funcionários da sociedade** não poderão deixar de prever:
 - V - a existência de **canais de comunicação** que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso às informações consideradas relevantes para o desempenho de suas tarefas e responsabilidades;
- Art. 5º - É de incumbência da diretoria da sociedade, além das responsabilidades enumeradas no art. 2º desta Circular, a **promoção de elevados padrões éticos e de integridade e de cultura organizacional** que demonstrem e enfatizem, a todos os funcionários, a **importância dos controles internos e o papel de cada um deles no processo.**

AMBIENTE DE CONTROLE

Componentes Mínimos

□ Circular 249/2004

■ Diagnósticos

- Aderência à grande parte dos elementos de Ambiente de Controle
- Inserção da necessidade de Treinamentos relativos a Controles Internos
- Possibilidade de retirada da a menção sobre a disposição do SCl para um dos incisos do Art. 3º
- Instituição do **Código de Conduta para todo o mercado, como ferramenta para zelar pelo comprometimento dos colaboradores com uma postura de conformidade.**

AMBIENTE DE CONTROLE

Componentes Mínimos

□ ICP 8.1.19 – Elementos geralmente considerados no SCI

■ **Processos para verificações periódicas** se o conjunto de controles forma um sistema coerente, opera como pretendido e se ajusta à estrutura de governança. Como parte dessas verificações, controles individuais são monitorados e analisados **periodicamente** para se determinar possíveis falhas e oportunidades de melhoria, devendo a alta administração adotar as medidas necessárias para o seu cumprimento.

■ **Testes periódicos** (auditoria interna ou externa) sobre **adequação, completude e efetividade** do sistema de CI e sua utilidade para o Conselho e Alta Administração.

Frequência?
Abrangência?
Independência?

Frequência?
Abrangência?
Independência?

MONITORAÇÃO

Componentes Mínimos

□ ICP 8.2.7 – Características das Funções de Controle

Diretor de Controles Internos

- Para fornecer verificações e contrapesos adicionais, algumas seguradoras (particularmente seguradoras maiores ou mais complexas) têm um **pessoa ou função para apoiar o avanço, coordenação e/ou gerenciamento do sistema geral de controles internos em uma base mais regular** (como um gerente de sistema de controles internos ou similar).
- Ao contrário do **auditor interno ou externo**, que pode, de tempos em tempos, testar certos controles ou periodicamente opinar formalmente sobre a existência ou eficácia do sistema de controles internos e que, portanto, **deve ter mais distância operacional**, o **gerente do sistema de controles internos está mais próximo das operações da seguradora** e ajuda a garantir que controles adequadamente documentados estão em vigor para as áreas apropriadas e no níveis adequados, seja localmente por área ou processo quanto para a empresa como um todo.

MONITORAÇÃO

Componentes Mínimos

- **O Reporte** sobre o SCI deve abordar assuntos, tais como:
 - **Estratégia** relativa aos controles internos
 - **Estágio de desenvolvimento** do sistema de controles internos (escopo, atividades de teste e seu desempenho em relação às metas anuais ou periódicas)
 - **Informações sobre os recursos** (de pessoal, orçamento, etc.) **aplicados** no sistema de controles internos e análise de adequação desses recursos
 - Avaliação de como as **áreas de negócio** da seguradora estão se saindo em função dos **padrões e metas de controles internos**
 - **Deficiências, fraquezas e falhas de controle** identificadas e as respostas para elas

MONITORAÇÃO

Componentes Mínimos

- ASF – Art. 16º Monitoração e Revisão do SCI
 - 1. A empresa de seguros deve desenvolver, implementar e manter **mecanismos apropriados para a monitorização do sistema de controlo interno**, de forma a assegurar o cumprimento das políticas definidas e dos procedimentos estabelecidos e garantir a sua eficácia e adequação face à actividade da empresa.
 - 2. Os mecanismos referidos no número anterior devem permitir a obtenção de uma **perspectiva abrangente da situação da empresa de seguros** e proporcionar ao órgão de administração e aos directores de topo informação relevante para a tomada de decisões.
 - 3. O processo de **monitorização** do sistema de controlo interno deve ser efectuado numa **base contínua**, no decurso das operações normais, e deve ser **complementado** com **avaliações periódicas e/ou extraordinárias**, eficazes e completas.

BASE CONTÍNUA x AVALIAÇÕES PERIÓDICAS

MONITORAÇÃO

Componentes Mínimos

- 4. A frequência das avaliações referidas no número anterior deve depender da avaliação dos riscos e da eficácia dos procedimentos continuados de monitorização.
- 5. As avaliações referidas no n.º 3 devem ser executadas pela função de auditoria interna ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à estrutura organizacional da empresa de seguros, o órgão de administração **deve** aplicar procedimentos de monitorização adicionais e/ou subcontratar esta função a um **revisor oficial de contas independente** do que procede à certificação legal de contas e à auditoria para efeitos de supervisão prudencial, com o objectivo de garantir a adequação do sistema de controlo interno.
- 6. Os mecanismos de monitorização devem **identificar falhas e/ou fragilidades** do sistema de controlo interno, quer na sua concepção, quer na sua implementação e/ou utilização.

MONITORAÇÃO

Componentes Mínimos

Reporte

- 7. As falhas e/ou fragilidades detectadas devem ser devidamente **registadas, documentadas e reportadas** aos níveis de gestão apropriados por forma a serem prontamente ultrapassadas.
- 8. O órgão de administração e os directores de topo devem, periodicamente, **receber reportes relativos à monitorização do sistema de controlo interno** da empresa de seguros, incluindo a identificação das falhas e/ou fragilidades detectadas, quer quando avaliadas isoladamente, quer de forma agregada.

Terceirização

- 9. No âmbito do processo de monitorização do sistema de controlo interno, e na sequência das falhas e/ou fragilidades detectadas ou comunicadas à empresa de seguros por **entidades terceiras**, devem ser efectuadas, pelos níveis de gestão apropriados e, quando adequado, pelo órgão de administração e pelos directores de topo, as alterações consideradas necessárias.
- 10. O processo de monitorização deve prever o **acompanhamento das alterações** introduzidas no sistema de controlo interno.

MONITORAÇÃO

DISOL/CGMOP/CORIS

Componentes Mínimos

□ Circular 249/2004

■ Art. 3º - Os controles internos, cujas disposições devem ser acessíveis a todos os funcionários da sociedade, não poderão deixar de prever:

■ VII - o **acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas**, de forma a avaliar se:

- os objetivos estão sendo alcançados,
- os limites estabelecidos estão sendo cumpridos,
- as leis e os regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos,
- assegurar a pronta correção de eventuais desvios;

■ VIII - a existência de **testes periódicos de segurança** para os **sistemas de informação** mantidos em meio eletrônico ou não.

■ § 1º Os controles internos devem ser **periodicamente revisados e atualizados**, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a novos riscos ou riscos não abordados anteriormente

MONITORAÇÃO

DITEC/CGSOA/CORIS

Componentes Mínimos

□ Circular 249/2004

- Art. 4º - O acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos deve ser objeto de **relatórios emitidos com a periodicidade mínima de 6 (seis) meses**, deles contendo necessariamente:
 - I - as conclusões dos exames efetuados ;
 - II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento do respectivo cronograma de saneamento;
 - III - a manifestação dos responsáveis pela áreas onde foram, anteriormente, verificadas as deficiências e indicação das medidas efetivamente adotadas para saná-las.
- Parágrafo único. As conclusões, recomendações e manifestação a que se referem os incisos I, II e III deste artigo devem ser **submetidas ao conselho de administração ou, na falta deste, à diretoria**, bem como à **auditoria externa**, sendo necessário que seus registros sejam mantidos à disposição da SUSEP pelo prazo de 5 (cinco) anos.

MONITORAÇÃO

DITEC/CGSOA/CORIS

Componentes Mínimos

□ Circular 249/2004

■ Diagnóstico

- Diferença entre acompanhamento sistemático e revisão periódica já está presente, porém a última não é ligada à auditoria interna claramente.
- Considerar os apontamentos do acompanhamento sistemático e avaliação de riscos como base para as revisões periódicas.
- Instituir um Gestor de Controles?
- Relatórios previstos no Art.4º referem-se aos acompanhamentos sistemáticos ou às revisões periódicas?

MONITORAÇÃO

Componentes Mínimos

PROCESSO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Grande preocupação da Susep quanto à qualidade dos dados gerados, notadamente quando de inspeções “*in loco*”
- ASF – Art. 4º Sistemas de informação (Estrutura Organizacional)
 - 2. Devem ser implementados sistemas de informação que produzam **informação fiável, de qualidade, suficiente, atempada e relevante** acerca da actividade desenvolvida, dos compromissos assumidos e dos riscos a que a empresa de seguros se encontra exposta.
 - 3. Os sistemas de informação devem permitir a **fácil utilização**, monitorização e revisão da informação, quer interna, quer **externamente**.

Responsabilidades

□ ICP 8.1.14

- O Conselho **analisa e aprova** as medidas organizacionais e outras relativas aos controles internos.

□ ICP 8.1.15

- O Conselho deve ter um **entendimento geral do ambiente de controle** de todo o negócio, requerendo que a **Alta Administração assegure a existência de um controle apropriado para cada processo e política relevantes, bem como para riscos e obrigações associados.**

□ ICP 8.1.16

- O Conselho **assegura a clara alocação de responsabilidades** dentro da seguradora, com a devida segregação, incluindo aspectos relacionados à elaboração, documentação, operação, monitoramento e teste dos controles internos.

□ ICP 8.1.17

- O Conselho **determina quais funções se reportam a ele**, ou aos Comitês do Conselho, a respeito do sistema de controles internos

Responsabilidades

ASF

□ Art. 14º

1. O **órgão de administração** é responsável por **definir uma estratégia de controlo interno** e pelo **estabelecimento e manutenção** de um sistema de controlo interno adequado e eficaz.

□ Art. 15º

1. Os **directores de topo** são responsáveis por, no cumprimento das estratégias e orientações estabelecidas pelo órgão de administração, **desenvolver, implementar, manter e monitorizar** o sistema de controlo interno e assegurar a sua eficácia e adequação.

Conselho: Aprova e Monitora

Diretoria: Propõe e Implementa

Ambos garantem a adequação e eficácia

Responsabilidades

ASF

□ Art. 14º

2. No âmbito do sistema de controlo interno, o **órgão de administração** é responsável por **proporcionar orientação e controlo prudencial adequados** que permitam garantir uma gestão e um controlo da empresa de seguros apropriados e eficazes e que assegurem a conformidade da sua actividade com a legislação e demais regulamentação em vigor.

□ Art. 15º

2. Os **directores de topo** são **igualmente** responsáveis pela eficácia dos controlos organizacionais e procedimentais da empresa de seguros.

Nos artigos seguintes, as competências do CA e Diretoria são mais detalhadas.

Responsabilidades

□ Circular 249/2004

■ Art. 2o São de responsabilidade da **diretoria da sociedade**:

Não seriam
componentes
do SCI ?

- I - definir as atividades e os níveis de controle para todos os negócios;
- II - estabelecer os objetivos dos mecanismos de controles e seus procedimentos;
- III - verificar sistematicamente a adoção e o cumprimento dos procedimentos definidos;

EGR

- IV – avaliar continuamente os diversos tipos de riscos associados às atividades da sociedade;

Execução?

- V – acompanhar e implementar a política de conformidade de procedimentos, com base na legislação aplicável, revendo-a semestralmente;

EGR

- VI – implantar política de prevenção contra fraudes;
- VII – implantar política de subscrição de riscos.

Responsabilidades

□ Circular 249/2004

■ Diagnóstico

- Avaliação quanto à realocação de responsabilidades específicas para os componentes mínimos do SCl.
- Avaliação quanto à exclusão de responsabilidades/atividades relacionadas à gestão de riscos.
- Necessidade de segregação entre as atribuições do Conselho e da Diretoria, seguindo a estrutura delineada na Circular 521/2015.

Função de Conformidade

- ICP 8
- **Requisitos gerais** para as Funções de Controle
 - Autoridade e Independência (8.2.9 – 8.2.14)
 - Acesso e reporte ao Conselho (8.2.15 – 8.2.16, 8.4.3-8.4.4)
 - Avaliação pelo Conselho (8.2.17)
 - Recursos, qualificação e senioridade (8.2.18 – 8.2.20)
- ICP 8.4.1 - O **Conselho de Administração adota um código de conduta** ou toma outras medidas apropriadas **com o objetivo de comprometer** a seguradora à conformidade com as leis, regulamentos, decisões de supervisores e políticas internas, conduzindo seus negócios de forma ética e responsável.

Função de Conformidade

□ ICP 8.4.5 – Objetivos

- **Promover/sustentar** uma **cultura corporativa** que valorize a **conduta responsável** e a **conformidade** com as obrigações, incluindo a comunicação e aplicação de **treinamentos**.
- Assegurar que a seguradora monitore e tenha **políticas, processos e controles** relativos às obrigações legais, regulatórias e éticas.

Função de Conformidade

Interseção

EGR

□ ICP 8.4.5 – Principais atividades

- **Identificar, avaliar, reportar e tratar as principais obrigações legais e regulatórias**, com o uso de metodologias de risco e outras apropriadas.
- Facilitar o **reporte confidencial de empregados sobre violações** reais/potenciais relativas às suas políticas internas, obrigações legais/regulatórias, ou considerações éticas.
- **Tratar falhas e violações de conformidade**, assegurando a aplicação de ações disciplinares e o adequado reporte ao supervisor ou a outras autoridades.
- **Avaliar regularmente a função de conformidade** e os sistemas de conformidade e promover melhorias necessárias.

Função de Conformidade

□ BACEN – Resolução nº 4.595/2017

- Dispõe sobre a política de conformidade (compliance) das instituições autorizadas a operar pelo BC.
- Art. 2º As instituições devem implementar e manter **política de conformidade compatível** com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, **o perfil de risco** e o modelo de negócio da instituição, de forma a assegurar **o efetivo gerenciamento do seu risco de conformidade**.
- Parágrafo único. O **risco de conformidade** deve ser gerenciado de forma **integrada com os demais riscos** incorridos pela instituição, nos termos da regulamentação específica.

Definição?

Função de Conformidade

- Art. 5º A política de conformidade deve definir, no mínimo:
 - I - o objetivo e o escopo da função de conformidade;
 - II a VIII – requisitos gerais às funções de controle (ICP 8)
 - IX - os procedimentos para a **coordenação** das atividades relativas à função de **conformidade** com funções de **gerenciamento de risco** e com a **auditoria interna**.
- Art. 6º A unidade responsável pela função de conformidade, quando constituída, deve estar integralmente **segregada da atividade de auditoria interna**.

Integração entre
as Funções de
Controle

Segregação entre as diferentes Linhas de Defesa

Função de Conformidade

- Art. 7º Atribuições mínimas da **função de conformidade**:
 - I - **testar e avaliar a aderência** da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, **quando aplicáveis, aos códigos de ética e de conduta**;
 - III - auxiliar na **informação** e na **capacitação** de todos os **empregados** e dos **prestadores de serviços terceirizados relevantes**, em assuntos relativos à conformidade;
 - V - elaborar **relatório**, com **periodicidade mínima anual**, contendo o sumário dos resultados das atividades relacionadas à função de conformidade, suas principais conclusões, recomendações e providências tomadas pela administração da instituição; e
 - VI - **relatar** sistemática e tempestivamente os resultados das atividades relacionadas à função de conformidade ao **conselho de administração**.
 - Parágrafo único. As instituições mencionadas no art. 1º poderão **contratar especialistas** para a execução de atividades relacionadas com a política de conformidade, mantidas integralmente as atribuições e responsabilidades do conselho de administração.

Função de Conformidade

- Art. 8º A **política de remuneração** dos responsáveis pelas atividades relacionadas à **função de conformidade** deve ser determinada **independentemente** do desempenho das **áreas de negócios**, de forma a não gerar **conflito de interesses**.
- Art. 9º Responsabilidades e Atribuições **apenas ao CA**, recaindo sobre a Diretoria quando de sua ausência.

Função de Conformidade

- Art. 13. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento desta Resolução, **inclusive:**
 - I - **determinar** a constituição de unidade específica de conformidade; e
 - II - estabelecer **procedimentos simplificados** para a definição da política de conformidade de enquadradas no Segmento 5 (S5).

Função de Conformidade

□ Circular 249/2004

■ Art. 2º São de responsabilidade da **diretoria da sociedade**:

- (...)
- V – **acompanhar e implementar a política de conformidade de procedimentos**, com base na legislação aplicável, revendo-a semestralmente

□ Diagnóstico

- ### ■ Aperfeiçoamento sobre a atual exigência quanto à política de conformidade, com o alinhamento à gestão de riscos e aos controles internos, bem como a formalização da função de *compliance*.